CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

DIÁRIO DA MANHÃ

COMPLIANCE

Caiado coloca Goiás na vanguarda do combate à corrupção no País

Governador determina que programa alcance todos os órgãos da sua administração e anunciou que o próximo passo é instituir o Núcleo de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado



Helton Lenine
Da editoria de **Política**

DIVULGAÇÃO



Ronaldo Caiado: transparência e eficácia da gestão pública

Transparência e eficácia na gestão pública foram elevadas a novo patamar, ontem, quando o governador Ronaldo Caiado assinou o decreto que instituiu o Programa de Compliance do Poder Executivo do Estado de Goiás. "Implantamos um tratamento definitivo para um processo de corrupção que devastou o Brasil e o nosso Estado", ressaltou ele. Compromisso que integra seu plano governo, o compliance torna-se realidade em menos de 50 dias da administração de Caiado. Competência de gestão e transparência com gasto público, enumerou, são dois pontos que a sociedade goiana exige nessa hora.

"Tentaram desqualificar, dizer que não seria possível chegar a esse grau de antecipação de crises e escândalos e de contenção à corrupção", lembrou o governador. Desafio vencido pela formação de uma equipe qualificada. "Busquei as melhores cabeças e seremos o primeiro Estado no país a implantar o compliance em todos os órgãos do governo, com toda a sua eficiência e toda a sua capilaridade."

O diagnóstico preventivo teria evitado situações como a da dilapidação da Celg em gestões passadas, coibindo a ação de maus gestores e auxiliando no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Com o compliance, não teríamos o programa político que pegou o dinheiro da Celg e não concluiu as obras com os prefeitos", exemplificou Caiado. "Com o compliance, [o Estado] passa a ter controles que norteiam até onde o administrador pode avançar. Há um uso transparente, ético e decente do dinheiro público." Os recursos são investidos, observou, priorizando responsabilidades que são próprias do setor público. "A função do Estado não é garantir a reeleição do mandatário, é conter excessos para que o dinheiro seja corretamente aplicado, cada centavo."

O combate à corrupção, até hoje, não era uma ação preventiva, mas reativa e de resultados demorados. "Até que se implantasse uma auditoria para chegar a uma conclusão, o prejuízo já aconteceu", lembrou o governador. "Temos de entender, como servidores públicos que somos, a realidade no nosso Estado e pensar seriamente como recuperar todos esses anos em que [os cofres públicos] foram totalmente dilapidados", reforçou.

A função primordial do Programa de Compliance do Poder Executivo é detectar qualquer processo de corrupção antes que esteja instalado ou que produza prejuízos para o Estado. "Temos a definição de regras capazes de acompanhar a gestão de cada secretaria, de cada contrato, e ver se está dentro de uma linha, das regras de mercado, das regras estipuladas pela lei, ou se está indo por outro caminho". Se forem detectados problemas, a orientação é que o gestor da pasta mande imediatamente sustar e rever o projeto. "É isso que vamos instalar em todas as secretarias, em todos os órgãos, para que a gente antecipe o diagnóstico e não deixe que o Estado seja penalizado, como foi durante esses últimos 20 anos", observou.

Realizado no auditório Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, o lançamento contou com a presença do vice-governador Lincoln Tejota, da primeira-dama e presidente de honra da OVG, Gracinha Caiado; de secretários estaduais, do controlador-geral do Estado, Henrique Ziller; da procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente; do procurador-geral de Justiça de Goiás, Benedito Torres; do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Joaquim de Castro; do presidente da Saneago, Ricardo Soavinski; entre outras autoridades, deputados estaduais e federais.

TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA

Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), o Programa de Compliance do Poder Executivo do Estado de Goiás consiste em um conjunto de ações destinado a assegurar que os atos de gestão estejam em conformidade com os padrões éticos e legais, a fomentar a transparência e a combater a corrupção por meio da responsabilização de empresas e agentes públicos envolvidos em desvio de conduta.

"Compliance, integridade, gestão de risco são termos repetidamente mencionados, mas ainda pouco praticados", salientou o procurador-geral Henrique Ziller. Ele apontou, em síntese, os focos do compliance, como medir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos, o que é alcançado "fomentado a ética, a transparência, a responsabilização e a gestão de risco". "São atividades que já existentem em menor ou maior grau dentro do Governo do Estado e que serão abordadas de forma sistêmica", finalizou.

No processo de implantação do Programa de Compliance, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) é a responsável pela estruturação de regras e instrumentos relacionados à ética e à boa conduta. "Neste primeiro momento, levaremos ao conhecimento dos integrantes da organização as normas a que se encontram sujeitos, de forma que, no momento em que forem implementar os atos administrativos, eles possam expressá-los com transparência e espontaneidade", afirmou Juliana Prudente.

O HOJE

Governo prorroga 'Goiás na Frente'

No total, a renovação contempla obras em 73 municípios, alguns deles com até três frentes de serviços



Secretário de Governo, Ernesto Roller (MDB), assinou a prorrogação de 83 convênios em 73 municípios goianos

VENCESLAU PIMENTEL*

O governo prorrogou 83 convênios, entre eles o do Programa Goiás na Frente, cujos extratos foram publicados na edição de ontem do Diário Oficial do estado, assinados pelo secretário de Governo Ernesto Roller. Em janeiro, a Segov já havia feito esse tipo de procedimento.

No total, a renovação contempla obras em 73 municípios, alguns deles com até três frentes de serviços, e uma da Associação de Saúde São Pedro D'Alcântara, da Cidade de Goiás. O prazo de vigência segue até 31 de julho próximo, mas não há repasse de governo.

Os extratos são fundamentados no artigo 62 da lei n. 17.928, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre normas suplementares de licitações e contratos pertinentes a obras, compras e serviços, bem como convênios, outros ajustes e demais atos administrativos negociais no âmbito do Estado de Goiás.

O citado artigo diz que a minuta do convênio, além do preâmbulo, com numeração sequencial e qualificação completa dos partícipes, deverá ser adequada ao disposto no artigo 56, que cita que é condição para a celebração de convênios a existência de dotação orçamentária específica no orçamento do concedente, quando houver repasses, a qual deverá ser evidenciada no instrumento, indicando-se os dados da respectiva nota de empenho.

Em nota enviada ao O Hoje, a Secretaria de Governo esclarece que a referida publicação no Diário Oficial de Goiás desta segunda-feira (18) diz respeito à prorrogação de 83 convênios firmados entre os anos de 2012 e 2018.

Os atos estão amparados na Lei nº 17.928/2012, que permite a prorrogação, pelo estado, da vigência do convênio antes do seu término, quando a causa for o atraso na liberação dos recursos. "A maioria dos convênios pertence ao programa Goiás na Frente. Outra parte diz respeito a emendas parlamentares e convênios com instituições para aquisições e realização de eventos", explica.

A Segov frisa ainda que a prorrogação de convênios vincendos trata-se de um procedimento comum à atividade da administração pública. Em janeiro, também foram prorrogados 31 convênios.

A medida será necessária até que a Segov receba orientação jurídica do governo sobre as parcelas em aberto. O Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Secretaria de Economia devem emitir um parecer sobre a questão.

Segundo dados da pasta, somente o Goiás na Frente pactuou R$ 500 milhões de reais em 395 convênios com 221 municípios. Mais de 70% deles destinam-se a pavimentação asfáltica.

A dívida deixada pela gestão anterior é de R$ 333.871.468,53, sendo que não há recurso para novos repasses. Os atrasos, aliás, tiveram início ainda em 2018 quando, após as eleições, os prefeitos receberam recomendação para cancelar os convênios.

No início deste mês, Ernesto Roller recebeu, em seu gabinete, representantes da Associação Goiana dos Municípios (AGM) e da Federação Goiana dos Municípios (FGM), e mostrou a eles um dossiê sobre o Goiás na Frente. O secretário adiantou que o governo não tem dinheiro em caixa para bancar o programa.

(* Especial para O Hoje)

MUNICÍPIOS COM CONTRATOS PRORROGADOS

- Amaralina
- Aruanã
- Aragarças
- Aragoiânia
- Buriti Alegre
- Cachoeira de Goiás
- Campos Verdes
- Ceres
- Aurilândia
- Baliza
- Bonópolis
- Brazabrantes
- Buriti Alegre
- Cachoeira de Goiás
- Campos Verdes
- Cezarina
- Chapadão do Céu
- Crixás
- Cumari
- Diorama
- Gameleira de Goiás
- Guarani de Goiás
- Leopoldo de Bulhões
- Luziânia
- Hidrolândia
- Iporá
- Itapuranga
- Itauçu
- Ivolândia
- Itajá
- Jaraguá
- Mara Rosa
- Morrinhos
- Morro Agudo
- Mundo Novo
- Nerópolis
- Nova América.
- Ouvidor
- Palmeiras de Goiás
- Palmelo
- Palminópolis
- Paraúna
- Perolândia
- Piranhas
- Pires do Rio
- Porangatu
- Porteirão
- Professor Jamil
- Quirinópolis
- Rialma
- Rubiataba
- Santo Antônio da Barra
- São Francisco de Goiás
- São João D'Aliança
- São Luis de Montes Belos
- Senador Canedo
- Serranópolis
- Sítio D'Abadia
- Taquaral
- Teresina de Goiás
- Três Ranchos
- Vicentinópolis
- Urapuru
- Urusaçu
- Anicuns
- Goianira
- Jussara
- Itumbiara
- Amorinópolis
- Aporé
- Abadia de Goiás
- Acreúna
- Alvorada do Norte

O HOJE

Escolas sob suspeitas de superfaturamento de obras

Promotor de justiça pede suspensão das obras dos colégios padrão século 21. Recomendação aponta superfaturamento do Colégio NazirSafatle



Escolas Padrão 21 foram desenvolvidas durante a gestão do ex-governador Marconi Perillo

RAPHAEL BEZERRA*

O promotor de justiça, Fernando Krebs, enviou uma recomendação para a secretária de Estado de Educação, Fátima Gavioli, para que seja suspensa a retomada as obras das escolas padrão século 21 até que seja concluída a auditoria da Controladoria-Geral do Estado (CGE) que verifica a possibilidade de superfaturamento das obras. A secretaria da Educação terá o prazo de 10 dias para encaminhar ao Ministério Público as informações detalhadas na recomendação.

Além da suspensão das obras, o MP pediu também que os pagamentos de qualquer natureza não sejam realizados até que os relatórios estejam prontos. Conforme detalhado na recomendação, a Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte (Seduce) firmou, através de um termo de ajustamento de gestão, o Convênio nº 1/2008 com a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra – antiga Agetop), o qual tem como objetivo a construção ou reforma de 28 escolas "padrão século 21". O valor total do convênio foi fixado em R$ 66.1 milhões, com a previsão do cronograma de execução para os anos de 2013 a 2016.

Ocorre que, em março de 2015, o convênio sofreu um aditivo. O valor de R$ 66.1 milhões foi mantido, no entanto, houve um aumento de 11 unidades escolares, elevando o total de escolas a serem construídas ou reformadas para 39. Assim, em dezembro foi assinado um segundo aditivo, ocasião em que a Goinfra foi excluída do termo de ajustamento de gestão e o saldo do convênio foi integralmente repassado para a Seduce. Nesse momento, também houve prorrogação por mais 12 meses, bem como a alteração e redução das unidades escolares (reduzidas para 10 escolas). Na ocasião havia a previsão de desembolso de R$ 17.184.933,64 em 2016 e R$ 24.798.719,30 em 2017.

Suspeita de irregularidade

O promotor, ressalta ainda, que ao examinar a conclusão da construção da Escola Padrão Século XXI no Colégio Estadual NazirSafatle, foi possível constatar diversas irregularidades.

Foi apontada a prorrogação extemporânea de contrato, acréscimo indevido de serviços para possibilitar a instalação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (esse sistema já era obrigatório à época da licitação, portanto, deveria ter sido previsto no projeto básico), não comprovação da prestação de serviços de vigilância durante o período em que a obra ficou paralisada, bem como a dúvida fundada se, depois de tanto tempo paralisada, a retomada da obra ainda atenderia ao interesse público.

O promotor acrescenta ainda que notícias divulgadas no site da Seduce dão conta de que 20 escolas padrão século 21 foram inauguradas em 2018, das quais 18 em cidades do entorno do Distrito Federal (Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso), uma em Aparecida de Goiânia e outra em Itapuranga.

O POPULAR

Reforma da Previdência será aplicada nos Estados

APOSENTADORIA Ministro Paulo Guedes garantiu ontem ao governador Ronaldo Caiado que as novas regras para o benefício serão verticalizadas para regimes próprios estaduais e municipais

Lucia Monteiro
luciamonteiro@opopular.com.br

As mesmas regras que serão geradas pela futura Reforma da Previdência em nível federal também serão verticalizadas para os regimes próprios dos Estados e municípios. Essa foi a afirmação que o governador Ronaldo Caiado (DEM) ouviu ontem do ministro da Economia, Paulo Guedes, e que deve tranquilizar mais os Estados. A notícia de que a equipe econômica teria desidratado algumas propostas do texto da reforma que beneficiariam as previdências estaduais deixou os governadores muito apreensivos.

Um ponto polêmico é que os governadores defendem a possibilidade de criação de uma alíquota extraordinária para que os servidores contribuam na cobertura do rombo na previdência, parecido com o que ocorre em fundos de pensão. Caiado informou que essa alíquota poderia ser de até 8% e seria definida de acordo com as necessidades de cada Estado. "Já cobramos um limite de 14,25% em Goiás e, ainda assim, o Tesouro precisa repassar R$ 200 milhões ao mês para a Previdência", afirmou o governador, demonstrando que as contribuições atuais são insuficientes para bancar os benefícios.

O desfalque de R$ 200 milhões no Tesouro Estadual estaria apenas aumentando o déficit total mensal, que chega a quase R$ 500 milhões. Atualmente, Goiás conta com o maior déficit entre os Estados do Centro-Oeste. Além da promessa de verticalização das regras, Caiado ouviu do ministro que a aplicação das novas regras tratadas na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) seria imediata, ou seja, logo após sua promulgação.



Divulgação

Governador Ronaldo Caiado durante coletivo em Brasília: "não adiantaremos com medidas mais ou menos"

> *"Já cobramos um limite de 14,25% (de alíquota) em Goiás e, ainda assim, o Tesouro precisa repassar R$ 200 milhões ao mês para a Previdência"*
>
> **Ronaldo Caiado (DEM), governador de Goiás**

Guedes teria explicado ao governador o motivo da veiculação da notícia sobre a possibilidade de exclusão das propostas que beneficiariam as previdências estaduais e municipais. Segundo ele, a razão da divergência é que algumas pessoas queriam que as estatais de Estados e municípios fossem dadas como garantia para cobrir o déficit previdenciário. Mas o ministro negou que isso possa ocorrer. "Ele diverge da intenção de usar as estatais, que são propriedade de todos, para constituir um fundo para arcar com estes passivos, beneficiando apenas alguns", explica.

GOVERNABILIDADE

Ronaldo Caiado falou da preocupação em garantir a governabilidade dos Estados, diante dos graves problemas de caixa. Segundo ele, o momento exige medidas duras, importantes para resolver o problema, onde cada um precisa ter sua cota de sacrifício a cumprir. "Não dá mais para adiar e não adianta irmos com medidas mais ou menos, para ensaiar gelo todo momento. Os governadores precisam ter coragem de botar a cara e mostrar a realidade de seus Estados", afirmou Caiado.

Caso isso não aconteça, ele acredita que muitos não terão mais condições de governabilidade e poderão ser processados nos rigores da Lei de Responsabilidade Fiscal, por crime de responsabilidade, por não terem como cumprir as exigências legais na aplicação de recursos.

De acordo com a GoiásPrev, a insuficiência financeira chegou a R$ 228,7 milhões em dezembro de 2018. Hoje, a folha de folha de inativos e pensionistas é de R$ 461,9 milhões, a contribuição deles é de R$ 21,4 milhões, a contribuição dos servidores ativos chega a R$ 70,5 milhões e a contrapartida patronal a R$ 101,1 milhões. Segundo o órgão, tendo em vista que a massa de segurados ativos encontra-se envelhecida e que a quantidade de inativos e pensionistas gradativamente se equivale aos que estão em atividade, além da gradativa diminuição de ingresso de servidores efetivos ao regime próprio, torna-se cada vez mais necessária a reforma, adequando os regimes próprios à realidade brasileira para dar sustentabilidade ao sistema.

Para o presidente do Instituto Goiano de Direito Previdenciário, o advogado Célio Mendes, os trabalhadores celetistas não podem mais pagar essa conta sozinhos e essas regras precisam vir da União. "Há uma hierarquia constitucional. É questionável se os Estados teriam competência para legislar sobre essas regras, que precisam ser alteradas por emenda constitucional. Os regimes próprios até têm competência para alterar suas regras, mas continuam devendo obediência à Constituição", explica.

Projeto de socorro poderá beneficiar Goiás

Além da promessa de verticalização das novas regras da Previdência, os Estados em dificuldades financeiras também poderão ter um socorro financeiro por parte do governo federal. É que está sendo elaborado um projeto, que será enviado ao Congresso Nacional, para ajudar os Estados em situação de calamidade financeira, como é o caso de Goiás. A proposta, que deve ser anunciada pela equipe econômica nos próximos dias, já estaria sendo formatada pelo secretário do Tesouro, Mansueto Almeida.

A informação também teria sido repassada ao governador Ronaldo Caiado (DEM) pelo ministro Paulo Guedes, durante a reunião de ontem. Pela proposta, cada governador teria promover contenção de gastos e medidas de austeridade e diminuição da máquina pública para poder ter acesso a esse crédito. "E o governo federal nos repassaria valores para aplicarmos naquelas áreas que são mais estratégicas e emergenciais", disse Ronaldo Caiado.

Segundo ele, esse projeto de contenção de gastos deverá ser apresentado pelos Estados em um plano específico. Nele, serão apresentadas as possibilidades de medidas como obtenção de recursos em privatizações e cortes em incentivos, redução da máquina pública e outros. O governador disse que o projeto vai contemplar os Estados e os governadores recém-eleitos, que herdaram uma situação de total ingovernabilidade. "Essa matéria será por lei ordinária ou por lei complementar. A União daria o aval para ter acesso a esses recursos, não importando a nota no Tesouro", explicou Caiado.

> *"Se eu posso escolher, lógico que eu prefiro, dentro de uma nova mentalidade, um novo projeto que está sendo elaborado"*
>
> **Ronaldo Caiado (DEM), governador de Goiás**

O governador disse, ainda, que o regime de recuperação fiscal está descartado para Goiás. "É que o único Estado que realmente foi inserido no regime de recuperação fiscal foi o Estado do Rio de Janeiro. E você vê que eles estão vivendo um verdadeiro colapso. Então, não foi a solução", disse. "Se eu posso escolher, lógico que eu prefiro, dentro de uma nova mentalidade, um novo projeto que está sendo elaborado pelo Mansueto e toda equipe junto com nossos secretários. Eu prefiro esse projeto", disse Caiado.